

PIAGET· NOTAS PARA UMA TEORIA CONSTRUTIVISTA DA INTELIGÊNCIA¹

Leandro de Lajonquière

*Departamento de Filosofia e Ciências da Educação
Faculdade de Educação - USP*

Constata-se que boa parte dos comentadores da obra de Piaget afirma que a inteligência é originariamente de natureza individual e que, portanto, a socialização seria o efeito de um processo de evolução cognitiva. Essa interpretação substancializa a inteligência, recorre a explicações reducionistas e considera o processo de construção epistêmica como uma simples atualização de possíveis cognitivos pré-formados. Uma série de investigações tem sugerido a existência de uma interdependência causal entre as dinâmicas sociais e o desenvolvimento cognitivo, que nos alerta da necessidade de rediscutir o estatuto da interação.

Descritores: Piaget, Jean, 1896-1980. Inteligência. Interação. Construtivismo.

Mas o que é a criança em si mesma?
Existem crianças sem relação a certos meios
coletivos bem determinados? (Jean Piaget,
Études Sociologiques).²

Parece-nos que no âmbito da psicologia da inteligência, as teses piagetianas são objeto de duas interpretações que têm se tornado hegemônicas.

1 Versão corrigida e aumentada do texto: *Piaget: intelligence et interaction sociale* apresentado nas sessões de comunicação oral da *IInd Conference for Socio-Cultural Research*, Université de Genève, 1996.

2 As citações dos textos de Piaget foram traduzidas pelo autor.

Por um lado, encontramos aquela leitura que fez de Piaget o representante de uma *psicologia monádica*. Ou seja, aquela que, realizando uma interpretação, tanto naturalista quanto pré-formista do processo psicogenético, conclui que a inteligência é uma espécie de *mônada* leibniziana que evolui conforme um desígnio vitalista. Como sabemos, o próprio Piaget reagiu surpreso a essas interpretações maturacionistas.

Por outro, encontramos uma outra forma de ler os textos piagetianos que, ao contrário, acaba fazendo de nosso autor o representante de uma *psicologia diádica*. Assim, nesta perspectiva, a inteligência é pensada como uma *mônada* biológica que possui portas e janelas e acaba evoluindo na proporção da ação solicitante do meio físico e/ou social (sic). Ao nosso ver, esta interpretação, em primeiro lugar, reifica a inteligência, pois a considera uma substância interna ao organismo; em segundo, incorre num reducionismo biológico nada piagetiano, uma vez que confunde as estruturas cognitivas com as orgânicas; em terceiro, naturaliza o “coletivo” visto que degrada a dita interação com o outro em uma estimulação comportamental e, por último, reduz o processo de construção epistêmica a uma simples atualização de possíveis cognitivos pré-formados, desconhecendo, assim, a natureza constitutiva da interação. Essa leitura define, no campo da psicologia da inteligência, uma postura *kantista evolutiva*, uma vez que sustenta o caráter genético de uma inteligência detentora de anterioridade não só lógica quanto, principalmente, cronológica e de nível a respeito da experiência epistêmica do sujeito (Cf. Piaget, 1972b, p.82). Por sinal, na tentativa de justificar a pertinência dessa interpretação, lembra-se que o próprio Piaget (1960) declarou-se, em certa oportunidade, partidário de um *kantismo evolutivo*. Entretanto, mais uma vez as aparências enganam, pois, embora Piaget tenha usado essa expressão para marcar sua oposição a um empirismo à moda de Le Dantec (Cf. Piaget, 1960, p.58), suas teses psicogenéticas definem, ao contrário, uma espécie de *kantismo construtivo*.³ Ao nosso ver, esse *kantismo evolutivo* não deixa de ser mais uma versão do clássico pré-formismo psicológico que Piaget tanto criticou.

3 Tratamos do problema da leitura em *A inteligência piagetiana*.

Para Piaget, o esquema mínimo de todo raciocínio pré-formista é o seguinte: há uma coisa mais ou menos já dada que se atualiza, isto é, que evolui graças ao simples contato gratificante ou frustrante com uma realidade pensada como seu exterior (Cf. Piaget, 1970b, p.20). Em outras palavras, é inerente a todo evolucionismo vitalista estabelecer um começo a partir do “conjunto de todos os possíveis” factível de concreção e rebaixar o processo construtivo a ser apenas o “conjunto das condições de ascensão.” (Cf. Piaget, 1970a, p.110 e ss.).

Não há dúvidas que esse modo de raciocinar acaba se endereçando pelos caminhos que, como Piaget dizia, “não há que seguir” Em *Biologie et Connaissance* encontramos desmascaradas as duas “tendências naturais ao espírito ... capazes de falsear toda análise” projetar o superior no inferior e reduzir o superior ao inferior (Piaget, 1967, p.64-5). Por um lado, todos os vitalismos pré-formistas respondem, em princípio, à primeira forma de análise, inadmissível sob todos os pontos de vista, pois acarretam necessariamente a idéia de um finalismo não-cibernético e a substancialização da inteligência. Por outro, o reducionismo resulta indefensável, já que ao considerar que o superior não passa de um epifenômeno, perde de vista que “a neurologia, por exemplo, nunca explicará porque 2 e 2 fazem 4” (Piaget, 1967, p.78). Justamente, o dito *kantismo evolutivo* professa essas duas tendências no momento em que a reificação dos processos epistêmicos adquire a forma de um neurônio. Assim sendo, não devemos nos surpreender que alguns se imolem no moderno altar das neurociências apesar de o simpático *patron* ter dito que, para além dos isomorfismos, matéria de seus desvelos, “os neurônios não raciocinam” (Piaget, 1967, p.312).

Chegados a este ponto detenhamo-nos, para maior clareza, primeiro, na suposta substancialidade orgânica da inteligência e rediscutamos, depois, o estatuto da interação.

*

Piaget nunca confundiu as estruturas intelectuais com as orgânicas, em particular, as neuronais. Sempre assinalou que se tratava de analogias qualitativas, isomorfismos parciais, bem como de comparações sistemá-

ticas entre as coordenações cognitivas e a problemática da relação genoma-meio. Mais ainda, referiu-se aos esquemas cognitivos como “formas da organização vital, ou seja, formas funcionais de estrutura dinâmica e não material.” (Piaget, 1967, p.58). Neste sentido, não devemos nos confundir: uma coisa é a remissão à temática da adaptação vital, enquanto estratégia argumentativa ou pré-texto para Piaget poder escrever seus textos epistemológicos a fim de concluir que o real é, em última instância, racional; outra, muito diferente, é a pergunta acerca da natureza qualitativa da inteligência.

Cabe acrescentar que para Piaget, como para nós também, embora as funções cognitivas pressuponham a materialidade neuronal, essa última não determina o funcionamento auto-regulado das primeiras. A respeito da problemática da pressuposição, podemos ler em *Biologie et Connaissance* que “o sistema nervoso” é “o instrumento da inteligência” (Piaget, 1967. p.49). Nesse mesmo sentido, em *Adaptation vitale et psychologie de l'intelligence*, Piaget afirmou, a propósito da coordenação das ações, o seguinte:

essas coordenações *se apóiam* elas mesmas sobre as coordenações nervosas que *derivam* enfim das coordenações orgânicas. Em outras palavras, embora essas estruturas não sejam propriamente hereditárias, constituem uma *prolongação* das regulações orgânicas. (1974, p.74).

Como podemos ver, temos que a coordenação das ações *se apóia* nas coordenações nervosas, que essas últimas *derivam* das orgânicas e, por último, que as estruturas lógico-matemáticas *prolongam* as regulações orgânicas.

Deste modo, concluímos, em primeiro lugar, que o fato de as coordenações neuronais *derivarem* das orgânicas significa que entre ambas medeia uma relação de derivação, isto é, qualquer variação de magnitudes em uma delas não pode não se trasladar à outra; em segundo, que a forma que possa oportunamente adotar a coordenação das ações *se apóie* na coordenação nervosa não significa que, por isso, elas se confundam; e em terceiro lugar, que as estruturas epistêmicas *prolonguem* as regulações orgânicas, ou seja, que estendam ou continuem realizando

aquilo que estas últimas já realizavam, não nos obriga a cair nas garras de um vitalismo orgânico e teleológico.

No nosso entender, o fato de afirmar simultaneamente a pressuposição, a heterogeneidade material e a correspondência funcional, acaba obrigando Piaget a recorrer à idéia das “reconstruções convergentes com ultrapassagens” para assim sustentar seu edifício epistemológico. Assim, entre a vida e os processos epistêmicos há, por um lado, uma continuidade funcional a ponto tal que é possível identificar, num e noutro campo, o império de certas correspondências e, por outro, um isomorfismo parcial, derivado de uma série de reconstruções convergentes e não de uma filiação direta. Como vemos, em primeiro lugar, as reconstruções convergentes são responsáveis por certo ar familiar que compartilham entre si o organismo e a inteligência e, em segundo lugar, como qualquer processo de filiação, ele precisa também apoiar-se em alguma outra coisa. Em poucas palavras, as funções cognitivas, para poderem realizar seu trabalho, apóiam-se nas regulações orgânicas e dessa forma não fazem mais do que prolongar a autoregulação inerente à vida.

Nesse sentido, cabe afirmar que, se estamos decididos a deixar de lado a tese da *suposição causal*, então, deve-se concluir que a relação de pressuposição que a inteligência mantém com a materialidade neuronal é de caráter epistemológico. Mais ainda, no nosso entender, apelando à idéia duma *pressuposição epistemológica*, conseguimos resolver o impasse no qual se cai na hora de fazer referência às possibilidades orgânicas.

A esse respeito, é sabido que Piaget se referiu, por um lado, ao contra-senso lógico de falar do “conjunto de todos os possíveis” (Piaget & Garcia, 1983, p.26) e, por outro, à impossibilidade de conhecer “o conjunto das condições possíveis ... ainda não observáveis, mas realizáveis” (1974, p.18). Justamente, em *L'épistémologie génétique* afirma que “o possível é reconhecido de forma autêntica apenas retroativamente, uma vez realizado” (Piaget, 1970a, p.111), ou seja, temos acesso ao possível quando ele deixou de sê-lo.

Entretanto, é nos *Études sociologiques* que encontramos uma sugestiva e polêmica referência a essa problemática:

entre uma maturação orgânica fornecedora de potencialidades mentais, mas sem uma estruturação psicológica pronta, e uma transmissão social fornecedora dos elementos, bem como do modelo de uma construção possível, mas sem impôr essa última em bloco, existe uma construção operatória que traduz⁴ em estruturas mentais as potencialidades oferecidas pelo sistema nervoso. (Piaget, 1965, p.25).

No entanto, cabe lembrar que em *L'épistemologie génétique* sustenta que o inferior/anterior encerra em si as potencialidades do superior/posterior, embora a passagem de um para o outro não possa se calcular *a priori*, enquanto resultado necessário de uma construção efetivamente constitutiva (Cf. 1970a, p.100 e ss.). Ora pois, sobre esse particular se deve tirar duas conclusões: por um lado, a reflexão piagetiana merece ser pensada como uma epistemologia dos efeitos de uma gênese, tanto imprevisível quanto não-aleatória; por outro, o organismo só entra na história epistêmica a título de *limite* e não de *potência causal*, como se pensa no contexto de uma leitura kantiano-evolutiva.

*

Analisemos agora o estatuto da interação. Como assinalamos, se as teses piagetianas são interpretadas em uma perspectiva *diádica*, então nega-se o caráter constitutivo da interação, pois consideram-se, tanto a inteligência quanto o dito meio, como duas realidades pré-constituídas que mantêm entre si uma relação de exterioridade.

Assim sendo, cabe afirmar que a versão *diádica* das teses psicogenéticas é o produto de uma confusão e de três esquecimentos.

Por um lado, confunde-se o fato de Piaget ter relativizado a transmissão social e pensado a equilibração em oposição à clássica enumeração dos fatores do desenvolvimento, com uma postura que reduziria a interação a ser uma simples estimulação de coisas externas. Por outro, esquece-se, em primeiro lugar, a tese da continuidade qualitativa entre a inteligência e as interações interindividuais, norteadora

⁴ Lembrando a clássica expressão *traduttore traditore*, cabe assinalar que toda operação de tradução é constitutiva de um outro texto.

tanto dos *Études Sociologiques* quanto dos estudos experimentais sobre a interação social de Doise, Mugny e Perret-Clermont, dentre outros; em segundo, o fato de a interação ser solidária do caráter re-construtivo das *fenocópias*, conforme Piaget o assinalou em *Adaptation vitale et psychologie de l'intelligence*; em terceiro, da impossibilidade de considerar separadamente as características de sistema aberto e de ciclo fechado da inteligência, enquanto um sistema auto-regulado. Como sabemos, essa última tese perpassa obras como *Biologie et connaissance* e *Psychologie de l'intelligence et adaptation vitale*, bem como é explicitamente tratada em *L'équilibration des structures cognitives*.

Embora esses assinalamentos sejam suficientes para contestar a suposta pertinência de uma interpretação diádica, detenhamo-nos na problemática da natureza do objeto de conhecimento, pois nos parece solidária da discussão acerca da interação.

Com efeito, se o objeto fosse apenas um ente físico, então faria sentido falar de uma maior ou menor quantidade de estímulos ambientais; porém se ele é, ao contrário, um fragmento de cultura a ser reconstruído, então passa a ter sentido falar das possibilidades interativas ofertadas ao sujeito, na direção apontada pelas pesquisas de Inhelder, Sinclair e Bovet (1974) sobre a aprendizagem.

Em primeiro lugar, o objeto não pode ser um ente físico, pois isso seria negar as heterogeneidades epistêmicas, isto é, o fato de os conhecimentos lógico-matemáticos e físicos, bem como dos relativos à língua escrita, estudados pioneiramente à luz da teoria da equilibração por Ferreira e Teberobsky (1979), serem irredutíveis entre si. Em segundo lugar, seria tratar de uma forma um tanto simplista os resultados das pesquisas interculturais realizadas, por exemplo, por Bovet, Dasen e Inhelder (1972) a propósito das crianças Baoulé, por Zemplini e Zemplini (1972) sobre o lugar dos objetos em outras culturas africanas, bem como por Seagrin⁵ citado por Montangero (1980, p.268-9), acerca dos nômades australianos. Ou seja, seria simplista demais afirmar que as diferenças epistêmicas constatadas obedecem a uma diferença na capacidade

5 *Communication at the International Center for Genetic Epistemology*, 1978.

solicitante dos meios. Ao contrário, essas pesquisas assinalam a impossibilidade de reduzirmos o objeto de conhecimento a uma coisa, capaz de estimulação na proporção de sua presença empírica.

A esse respeito, lemos em *Psychogenèse et histoire des sciences* que

as situações nas quais a criança age são engendradas pelo contexto social (...). A criança não assimila objetos puros, definidos por seus parâmetros empíricos. Ela assimila situações nas quais os objetos cumprem certas funções e não outras. (Piaget & Garcia, 1983, p.274).

Mais ainda, constatamos que, em *La naissance de l'intelligence chez l'enfant*, Piaget se refere ao objeto nos termos de “uma realidade intelectual.” (1970b, p.169).

Nesse sentido, cabe afirmar que o objeto a ser assimilado, isto é, o outro pólo da interação ou ponto de fuga de acomodações possíveis, não é uma coisa. Ele é um objeto situado ou intelectualizado por outras inteligências (sic); mais ainda, ele é, por sua vez, um fragmento de interação sujeito-objeto.

Pois bem, essa idéia piagetiana nos leva a pensar no seguinte: em primeiro lugar, quando dizemos que um sujeito constrói o conhecimento devemos ter claro que, na verdade, o sujeito o re-constrói, tanto no sentido de construir sobre uma construção anterior quanto de construir o já construído por outros. Inhelder e colaboradores se referiram, precisamente, a esse último sentido do termo re-construir quando comentaram suas pesquisas sobre as estratégias de resolução de problemas (Cf. Inhelder, Ackermann-Valladão, Blanchet, Karmiloff-Smith, Kilcher-Hagedorn, Montangero & Robert, 1976). Em segundo lugar, quando sustentamos que a realidade do objeto não é empírica, mas intelectual, devemos ter claro que o ser do objeto, enquanto o outro pólo da interação, é por sua vez uma situação interativa.⁶ Isso pode soar em princípio estranho, porém encontramos em *Psychogenèse et histoire des sciences*

⁶ Em outras palavras, o *objeto* não é esse puro *real* que sempre resta enquanto limite intransponível além das fronteiras da interação, e que, no reino da natureza, encoberta-se sob a concretude das coisas.

uma outra afirmação nesse mesmo sentido. Piaget sustenta que os intertemporais conhecimentos lógico-matemáticos devem sua existência à “iteração ilimitada de um ato.” (Piaget & Garcia, 1983, p.27). Como vemos, o objeto é uma espécie de algoritmo interativo. Por conseguinte, o objeto a ser reconstruído e a ferramenta a ser utilizada na tarefa, na proporção de sua mesma auto-construção, são de uma mesma e única natureza, isto é, uma porção de interações virtuais.

Desta forma, cabe concluir que aquilo a ser re-construído não é um conhecimento enquanto cópia de um coisa pré-constituída nem a própria coisa, enquanto realidade heterogênea à inteligência, mas um conjunto de interações responsáveis pela existência intelectual dos objetos de conhecimento. O objeto é, em si mesmo, um fragmento das interações no seio das quais um sujeito, na medida de sua participação não-egocêntrica, poderá vir a dar sustento ao próprio ser do objeto em questão. Em suma, o objeto e a inteligência do sujeito constituem uma mesma e única realidade interativa e não, como às vezes se pensa, duas materialidades heterogêneas onde uma delas possuiria a capacidade de vir a complementar a evolução potencial da outra. Como Piaget sempre sustentou, o objeto e o sujeito são os dois pólos da interação ou de uma realidade intelectual que se auto-constrói.

*

Finalizando, retomemos a oposição *kantismo evolutivo-kantismo construtivo*.

A nosso ver, o professado *kantismo evolutivo* está mais para um *kantismo platonista*. Por um lado, possuiria apenas de *kantiano* o fato de afirmar que o conhecimento é o resultado do encontro de duas realidades pré-constituídas enfrentadas entre si - as formas *a priori*, enquanto condição de possibilidade, e o conteúdo bruto - e, por outro, seria *platonista*, uma vez que reifica a condição de possibilidade, bem como postula simultaneamente sua eternidade.⁷ Assim, da conjunção de ambos temos

⁷ Cabe esclarecer que não é, em absoluto, necessário apelar a Kant para distinguir epistemologicamente um *a priori*, enquanto condição de possibilidade, dos

que o *a priori* se substancializa e passa a conter em si mesmo proto-conhecimentos que ao encontro de um meio estimulante, evolucionaria segundo um *télos* natural.

Pelo contrário, com nossa idéia do *kantismo construtivo*⁸ tentamos: primeiro, assinalar que o conhecimento não é cópia, como bem afirmara Kant (1950) a contrapelo da tradição metafísica; segundo, ressaltar que as condições epistêmicas prévias, por sua vez, constróem-se no sentido piagetiano, isto é, são o produto de uma “construção efetivamente constitutiva” no seio mesmo da experiência social de interação, ao ponto tal que se revelam *a posteriori* como um suposto formal (Piaget, 1970a, p.116); terceiro, lembrar que se esse *a priori* epistêmico revela-se de fato *a posteriori* como um suposto formal, então ele é de direito apenas um “apriorismo funcional” (Piaget, 1970a, p.120); quarto, assinalar que para Piaget esse apriorismo funcional é uma auto-regulação cibernética (Cf. Piaget, 1975) que, na medida em que perpassa todo sistema de interações, acaba expandindo as fronteiras do sujeito epistêmico até os confins do vivente (Cf. Piaget, 1967); quinto e último, resgatar a idéia piagetiana do objeto enquanto “conquista epistêmica” (Piaget, 1974, p.73), ou seja, produto do encontro trabalhoso entre esse apriorismo funcional e realidades mais ou menos intelectualizadas no decorrer da historicidade própria das interações (Cf. Piaget & Garcia, 1983).

conteúdos brutos sensoriais. Se se tratasse apenas disto, então seria suficiente apelar a Aristóteles. Com efeito, se Piaget fez de Kant uma espécie de precursor foi para sublinhar o fato de que o conhecimento se produz, se constrói, ou seja, que ele não é, sob qualquer ponto de vista, uma cópia.

- 8 Talvez caiba dizer que o *kantismo construtivo* é, na verdade, um *kantismo re-construtivo*. Em Kant, a produção epistêmica resulta do “encontro” harmônico entre a forma vazia *a priori* e o conteúdo bruto. Ao contrário, em Piaget trata-se do encontro entre um apriorismo funcional e realidades mais ou menos intelectualizadas. Assim, a matéria-prima sobre a qual se realiza o processo epistêmico acaba se revelando como segunda. Desta forma, enquanto para o filósofo de Königsberg o *objeto bruto* o real não impõe resistência ao trabalho de in/formação, para o epistemólogo suíço o *objeto cognitivo* não só não pode ser construído facilmente, senão que também da própria operação (re)construtiva sempre acaba restando um pouco, a ser creditado novamente na conta do real.

LAJONQUIÈRE, L. Piaget : Notes for a Constructivist Theory of Intelligence. *Psicologia USP*, São Paulo, v.8, n.1, p.131-142, 1997

Abstract: A great many commentators on Piaget's work nowadays, still take it for granted that intelligence is of an individual nature, and therefore that its socialization is nothing but a mere effect of the cognitive evolution process. This interpretation consists of substantializing intelligence, resorting to reductional explanations and considers the epistemological constructive process a simple actualization of possible pre-established cognitives. A series of investigations have suggested the existence of a casual interdependence within social dynamics and the cognitive development. These researches call attention to the necessity of re-discussion on the status of interaction.

Index terms: Piaget, Jean, 1896, 1980. Intelligence. Interaction. Constructivism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOVET, M.C.; DASEN, P.R.; INHELDER, B. Étapes de l'intelligence sensori-motrice chez l'enfant Baoulé. *Archives de Psychologie*, v.41, n.164, p.363-86, 1972.
- DOISE, W.; MUGNY, G. *Le développement social de l'intelligence*. Paris, InterEditions, 1981.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*. México, Siglo XXI, 1979.
- INHELDER, B.; ACKERMANN-VALLADÃO, E.; BLANCHET, A.; KARMILOFF-SMITH, A.; KILCHER-HAGEDORN, H.; MONTANGERO, J.; ROBERT, M. Des structures cognitives aux procédures de découverte. *Archives de Psychologie*, n.44, p. 57-72, 1976.
- INHELDER, B.; SINCLAIR, E.; BOVET, M.C. *Apprentissage et structures de la connaissance*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.
- KANT, I. *Critique de la raison pure*. 2.ed. Paris, Presses Universitaire de France, 1950.

Piaget: Notas para uma Teoria Construtivista da Inteligência

- LAJONQUIÈRE, L. *De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens*. Petrópolis, Vozes, 1993a.
- LAJONQUIÈRE, L. Epistemologia e psicanálise: o estatuto do sujeito. *Percurso: Revista de Psicanálise*, n.13, p.57-63, 1994.
- LAJONQUIÈRE, L. A inteligência piagetiana. In: BANKS-LEITE, L., org. *Percurso piagetianos*. São Paulo, Cortez. [No prelo]
- LAJONQUIÈRE, L. Um retorno a Piaget. *Revista do GEEMPA*, n.2, p.101-9, 1993b.
- MONTANGERO, J. The various aspects of horizontal decalage. *Archives de Psychologie*, v.48, n.187, p.259-82, 1980.
- PERRET-CLERMONT, A. *A construção da inteligência pela interação social*. Lisboa, Soccultur, 1980.
- PIAGET, J. *Adaptation vitale et psychologie de l'intelligence*. Paris, Hermann, 1974.
- PIAGET, J. *Biologie et connaissance*. Paris, Gallimard, 1967.
- PIAGET, J. *L'epistémologie génétique*. Paris, Presses Universitaire de France, 1970a.
- PIAGET, J. *L'équilibration des structures cognitives*. Paris, Presses Universitaire de France, 1975.
- PIAGET, J. *Études sociologiques*. Genève, Droz, 1965.
- PIAGET, J. *Introduction à l'épistemologie génétique: la pensée mathématique*. Paris, Presses Universitaire de France, 1950. v.1.
- PIAGET, J. Les modèles abstraits sont-ils opposés aux interprétations psychophysiologicals dans l'explications en psychologie? *Revue Suisse de Psychologie Pure et Appliquée*, v.19, n.1, p.57-65, 1960.
- PIAGET, J. *La naissance de l'intelligence chez l'enfant*. 7.ed. Neuchatel, Delachaux et Niestlé, 1970b.
- PIAGET, J. *Problèmes de psychologie génétique*. Paris, Denoel-Gonthier, 1972a.
- PIAGET, J. *Sagesse et illusions de la philosophie*. 3.ed. Paris, Presses Universitaire de France, 1972b.
- PIAGET, J.; GARCIA, R. *Psychogenèse et histoire des sciences*. Paris, Flammarion, 1983.
- ZEMPLINI, A.; ZEMPLINI, J. Milieu africain et développement. In: DUYCKAERTS, F.; HINDELEY, C.; LÉZINE, M.; ZEMPLINI, A. *Milieu et développement*. Paris, Presses Universitaire de France, 1972. p.151-213.

VÉRTICES DA PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA¹

Marlene Guirado
Instituto de Psicologia USP

O presente texto tem como objetivo trazer à discussão uma possibilidade de pesquisa em Psicologia clínica que, ao considerar sob determinado ângulo conceitos como os de instituição, discurso e sujeito, coloca o discurso clínico em articulação com o acadêmico no momento mesmo de sua produção. Isto, no interjogo das reconhecidas especificidades de um e de outro. A hipótese é a de que é possível fazer transitar um certo modo de escuta e análise, da academia ao consultório e vice-versa.

Descritores: Pesquisa. Psicologia clínica. Psicanálise. Análise do discurso. Psicologia institucional.

Pesquisa e Psicologia clínica parecem termos fadados ao desencontro. Se, para completar, tomo a Psicologia clínica por uma de suas vertentes, a Psicanálise, as oposições se acirram.² Isto, devido à inquietante relação entre Psicanálise e ciência. É voz corrente que não se entendem.

¹ Tema da Mesa Redonda coordenada pela Prof. Dr. Terezinha Moreira Leite no *Seminário de Pesquisa em Psicologia Clínica*, organizado pela Coordenação da Área de Concentração-Clínica do IPUSP em conjunto com CAPES e CNPq, em outubro de 1996. O presente texto foi escrito com base naquele proferido enquanto palestra, na ocasião.

² Neste texto, refiro-me indistintamente a *psicologia clínica* e *psicanálise*, o que me é facultado por um recorte que aproxima o objeto da psicologia ao da psicanálise; um recorte possível, considerando-se a pluralidade das formas de se produzirem ambas, ou melhor, de sua pluralidade como área do conhecimento e como profissão.

No mundo moderno, a Psicanálise estaria voltada para o âmbito da singularidade do sujeito psíquico ou da singularidade do saber de si e a ciência estaria voltada para as garantias da universalidade do saber. Muito embora observe-se, hoje, o movimento de reacender a discussão sobre a aproximação da Psicanálise aos cânones da ciência (e, mais especificamente, de um tipo de ciência), é ainda freqüente pensar-se que são irreconciliáveis a produção do conhecimento científico enquanto pesquisa acadêmica e a produção do conhecimento psicanalítico enquanto a Psicanálise que se faz nos consultórios.³

Discutir esse tema interessa, diretamente, a quem vive o desafio de ocupar dois (ou mais) lugares diferentes no exercício da Psicologia: produzir pesquisa na universidade e atuar profissionalmente no consultório ou outras instituições, por exemplo. Interessa, sobremaneira, a quem, intitulado-se psicólogo clínico, decide ser também pesquisador e conduzir estudos em torno das questões que seu trabalho cotidiano lhe sugere.

Em terrenos assim miscigenados, ao que parece, somos solicitados a responder a *dois senhores*. E, com freqüência, as respostas recaem na *dicotomia*: fazem-se pesquisas quantitativas com amostragens e análises estatísticas ou singularíssimos estudos de casos (observe-se que há um critério quantitativo permeando o que, em princípio, parece opor-se); ou, em algumas ocasiões, parte-se para estudos teóricos, protegidos que ficamos todos por não ter que justificar, nem para a clínica nem para a academia, as *impurezas* de nosso trabalho intelectual.

Os impasses quanto à escolha do caminho a seguir manifestam-se desde a elaboração de projetos de mestrado e doutorado até a apresentação dos trabalhos nas temidas defesas de teses. As bancas de avaliação pairam como fantasmas da ciência sobre nossas cabeças. Se fazemos estudos

³ Não tratarei, aqui, da questão do nascimento das ciências conforme os cânones da modernidade; também não tratarei de questões intimamente vinculadas a esta: a do nascimento da representação social de *indivíduo*, bem como a das implicações da psicanálise nesse terreno das origens. Embora fosse um caminho interessante, convém dá-lo por suposto e ressaltar, apenas, os efeitos desse berço social nas dicotomias, tão arraigadas em nós, quando produzimos pesquisa em Psicologia e/ou Psicanálise.

estatísticos com temas clínicos, sentimo-nos mais à vontade, porque julgamos falar (e, efetivamente, muitas vezes, falamos de fato) a língua de examinadores/porta-vozes de um pensamento científico ainda dominante; mas sentimo-nos devedores para com a clínica. Se escolhermos o caminho dos estudos de caso, envergonhamo-nos e pedimos desculpas por nossas conclusões, afirmando não serem efetivamente conclusivas, uma vez que não partiram de amostras significativas; ficamos devendo para a ciência. Claro, isto acontece com candidatos bem-intencionados ao prestigioso lugar de pesquisadores em Psicologia, sobretudo em Psicologia clínica. Pode-se dizer até que algumas pessoas interessantes acabam não se interessando em concorrer a esse posto, porque consideram que investiriam tempo e energia para uma produção que subverteria os princípios da clínica numa comunicação intelectual; e a maioria dos que decidem enfrentar a tarefa afirma o quanto é *arrastado* fazer tese na universidade.

Se, no entanto, conseguimos escapar das dicotomias irredutíveis e tomamos as *interfaces da pesquisa e da clínica como objeto de estudo em si*, temos a chance de buscar respostas novas a questões até certo ponto antigas. Nesse sentido, urge pensar em esquemas que transitem do consultório à academia; esquemas de pensamento que estruturem o fazer psicanalítico nos atendimentos terapêuticos e nas pesquisas.

Tendo esta disposição em mente, pode-se estabelecer um recorte e, com ele, eleger o discurso e sua análise como termos estruturantes de um determinado modo de trabalhar, das análises que se fazem nas pesquisas às análises que se podem fazer numa sessão. Ou melhor, *um certo sistema de escuta e de leitura dos discursos pode transitar do divã ao computador e vice-versa.*⁴

⁴ Chamo de *leitura institucional* e, às vezes, de *análise de discurso*, essa modalidade de trabalho. Os dois nomes, porém, são indevidos: ou porque têm que ser retirados do sentido habitualmente atribuído a eles, como é o caso do termo *institucional*, em geral entendido como estudo de organizações públicas de promoção social, saúde e educação, ou empresas privadas; ou porque encontram-se muito próximos de outra área do conhecimento, já constituída e que não é exatamente aquela em que produzo, como é o caso da Análise do Discurso, disciplina ligada à Linguística, com princípios e objetos específicos e diferentes dos nossos.

A argumentação e a justificativa dessa estratégia de pensamento encontram-se mais profunda e extensamente desenvolvidas em Guirado (1995) no livro *Psicanálise e Análise do Discurso - Matrizes Institucionais do Sujeito Psíquico*. Tratando primeiro da Análise do Discurso e depois da Psicanálise, chegamos à definição de um campo intersticial, em que se pode configurar um sujeito institucional que, *só porque pode ser concebido como tal, posso afirmar que seja um sujeito psíquico*. Passamos, então, a chamar de *conceito dobradiça*, esse que permitiria dar movimento à inserção institucional e à singularidade do sujeito.

Por ora, para melhor compreender os limites desse recorte metodológico, ou essa modalidade de análise, é necessário que se explicitem alguns conceitos, uma vez que, com eles e por eles, pode-se falar do trânsito ou do atravessamento de um mesmo esquema de pensamento em práticas diferentes como a pesquisa e o atendimento clínico. São os conceitos de *instituição, discurso e sujeito*.

I.

Primeiro, *instituição*. Será aqui entendida como um conjunto de práticas que se repetem e que, enquanto se repetem, legitimam-se; sendo a legitimação uma espécie de naturalização daquilo que é instituído. Em algum momento da história e para dar conta de certas necessidades e urgências sociais, os homens foram se organizando de determinada forma, e essa forma de organização ou de relação vai-se perpetuando; são as instituições. Tendemos a dizer, em meio à reprodução das relações e exatamente porque desconhecemos sua origem, que as relações são assim *por natureza*; não as consideramos como instituídas e sim, como se tivessem sido *criadas por Deus!* Tal legitimação acontece por um efeito de reconhecimento das práticas como as únicas possíveis e um desconhecimento de outras modalidades de relação, sendo a representação esse efeito de reconhecimento/desconhecimento: nós nos representamos as relações que fazemos e assim fica garantida a naturalização das práticas institucionais.

E o que é que eu me represento? Represento-me um *eu*, um *outro*, um *vínculo* creditado como possível. Com isso, acabo naturalizando aquilo que é instituído, absolutizando aquilo que é relativo. A relação instituída passa a ser representada como natural, como tendo que ser assim. E, de quebra, nossa realidade passa a ser, assim, psíquica.

Este é, portanto, um conceito de instituição que, pela mediação do de representação, acaba permitindo uma determinada concepção de realidade psíquica.

2.

Um outro termo importante é *discurso*. Ou melhor, a relação entre discurso e instituição.

Esse jogo do fazer/representar-se/fala-se. E, no falar, configuram-se lugares, sentidos, poder, subjetividade.

Estamos no âmbito de idéias que descendem de Michel Foucault, para quem o discurso se define como *formação discursiva*:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada e para uma área social, econômica e geográfica ou Linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (Foucault, 1970, p.53).

Assim, quando se fala, fala-se sempre do interior de uma instituição discursiva. Uma instituição que: antecede-nos logicamente; rouba-nos a autoria de *nosso texto*; insere-nos numa ordem de lugares de enunciação; instaura as possibilidades de sentido e de significação; é ocasião de reconhecimento e de toda subjetividade possível.

Não somos donos do que falamos, nem do sentido, em última instância, de nossa fala. Na qualidade de sujeitos, da nossa ou de qualquer outra história, somos ficção.

Indo às últimas conseqüências do que afirma esse autor, é muitas vezes difícil entender, por força do discurso moderno que constitui nosso modo de pensar, essa dispersão ou quase pulverização do sujeito e essa

sobredeterminação da subjetividade. Mas, sem dúvida, faz-se um alerta, sobretudo, para a autoria institucional daquilo que julgamos tão pessoal em nós, em nosso fazer.

Não é apenas de Foucault que a estratégia de pensamento aqui desenvolvida empresta as relações entre instituição e discurso. Também da Análise do Discurso (Maingueneau, 1989), sobretudo do conceito de Gênero Discursivo e dos estudos sobre a polifonia da palavra, bem como sobre a heterogeneidade do discurso.

O que significa isso? Que o discurso não é uma produção homogênea, transparente, indivisa, como aparece na sua dimensão de comunicação (e nós, psicanalistas, com certeza, concordamos com isso). O discurso divide, opõe, superpõe, metadiscursiva, multiplica sentidos numa mesma palavra e, exatamente por essas qualidades, equivoca-se nos intercâmbios entre o dizer e o dito.

A polifonia, nesse caso, é a marca mais destacada da heterogeneidade do discurso. É a possibilidade de várias vozes presentes naquilo que é dito, conforme Ducrot (1987). Para nós, psicólogos e psicanalistas, isso é extremamente familiar e justifica um certo modo de encarar o objeto de nosso trabalho: é porque acreditamos que o que é dito tem mais de um sentido e, até, sentidos opostos, que podemos *escutar fantasias* na fala de nossos pacientes; ou, é por isso que podemos dizer que trabalhamos com ambigüidades e descontinuidades na linguagem.

Pela Análise do Discurso, a polifonia se desdobra em outras marcas discursivas, tais como a ironia, a negação, o discurso indireto livre, os provérbios, as paráfrases, a imitação.

Não devemos nos esquecer, no entanto, que, para esse ramo da Linguística, os estudos da presença da ironia, da negação e que tais, não nos conduzirá ao *sujeito-pessoa* (dividido por efeito da dimensão inconsciente) irônico ou negador. Porque o sujeito da Análise do Discurso, ou a que se chega por ela, é o próprio discurso. É ele que opõe, superpõe, divide. E isso é absolutamente coerente com o sujeito universal da Linguística.

Em nossa prática clínica, porém, tudo isto e mais podem ser bons disparadores do ato analítico. Como? Com uma escuta assim informada, podemos ficar atentos ao *modo como* aquele que nos fala *constrói o*

discurso. Além disso, podemos ampliar as possibilidades de reconstrução de sentidos daquilo que é dito. Nós, psicólogos, temos o (mau) costume de ouvir e traduzir por fantasia, *imediatamente*, o que ouvimos, devolvendo a tradução numa sentença (gramatical, na melhor das hipóteses) que chamamos de interpretação.

Os disparadores analíticos que vêm da Linguística permitem deter a atenção no *modo de construção do discurso*; no *como* se faz a fala, nas *recorrências*, nas *relações* entre os termos, nas *associações* e nas *descontinuidades*. Permitem uma espécie de mapeamento do terreno ou da tessitura discursiva. E isso pode, então, levar-nos a fazer pontuações que permitam deslanchar a fala do paciente para rumos raramente previsíveis. Os sentidos que se possam reconstruir a partir daí, sem dúvida, diversificam-se. Não se limitam pelo exercício perigoso de uma interpretação excessivamente solitária e, portanto, abusiva do analista. Menos atribuição de sentido e mais recorrência de um certo jeito, de um certo modo de falar.

3.

O terceiro termo do quadro conceitual que funda os procedimentos da análise ora proposto: trata-se do conceito de *sujeito do discurso enquanto sujeito institucional e*, exatamente, *porque institucional*, se pode dizer que seja *psíquico*.

A subjetividade, assim pensando, é constituída ou, melhor, matriciada no conjunto das relações institucionais; e isto não exclui a questão da singularidade psíquica. Entende-a, porém, enquanto organizações particulares de uma história de relações e de vínculos.

Como se pode notar, os organizadores da idéia de singularidade não são mais os conceitos metapsicológicos de pulsão, de libido, de impulso. Pelo menos, eles não têm, aqui, o reinado absoluto das explicações da subjetividade ou do sujeito, em última instância.

Como se pode ainda notar, essa compreensão da subjetividade põe em cena o conjunto das relações institucionais (como berço, inclusive, do que chamamos de singularidade), de tal forma a configurar nosso traba-

2 3005
lho como uma *leitura institucional*, quer se dê na condição de pesquisa acadêmica, de atendimento consultorial ou de outras instituições.

4.

Como essa estratégia de pensamento acontece num atendimento clínico concreto? Como uma *análise de discurso*⁵ pode se dar, entendendo-se a clínica como instituição e entendendo os lugares de analista e cliente como fundantes de um certo discurso? Como a análise pode se dar levando em conta as representações constituídas nesse processo, inclusive as teorias que informam nossa escuta?

Uma situação clínica pode vir em nosso socorro, para arriscar respostas tão complexas...

*

Pedro⁶ é um rapaz de 29 anos, profissional da educação, que atua em órgãos públicos. Proveniente de família simples, do interior de Minas Gerais, está em São Paulo há alguns anos e é portador de uma doença degenerativa que lhe permite apenas visão periférica e não focal.

Morou no campo até 10 anos, quando, então, mudou-se com a família para a cidade e entrou para o quarto ano primário. Foi então que descobriu seu problema (porque a professora pediu exames de vista) e, aí, começou o seu calvário: teve o diagnóstico e passou dois anos sem ir à escola; o retorno foi marcado por um grande esforço para acompanhar as aulas, com uma parafernália de aparelhos semelhantes a lunetas e microscópios. Tornava-se absolutamente visível para poder ver um pouco.

5 Os termos estão grafados com iniciais minúsculas e sem o artigo *o*, exatamente, para diferenciar esta modalidade de trabalho daquela caracterizada como Análise do Discurso, ramo da Linguística.

6 Este atendimento é melhor comentado em M. Guirado, *Psicanálise e análise do discurso*, 1995.

Com tudo isso, acabou sendo dos melhores alunos; por uma espécie de esperteza, era requisitado a estudar com colegas; trocava explicações por leituras; e foi, assim, até a universidade.

Procurou-me, um dia, em princípio para supervisão, este rapaz de modos esquisitos de olhar e sorrir, sugerindo evasivas sem fim naquele primeiro contato: gestos alguns segundos atrasados em relação às palavras; palavras pausadas. Só ao final da primeira entrevista, falou de sua doença e isto funcionou para mim como uma explicação imediata de tantos modos estranhos.

Na segunda e terceira entrevistas, confirma-se a demanda de análise. Um tempo que pareceu necessário para que se procedessem as acomodações das expectativas e da visão. Convém observar que se falou da demanda, nessas duas sessões, sem que eu desferisse a tradicional interpretação de busca de uma *super* supridora *visão*. Apenas fiquei atenta à presença do termo na fala, ao modo como aparecia, o *espaço* que ocupava.

Logo nas sessões que se seguem, noto e pontuo a frequência com que Pedro se utiliza de termos *visuais* ao se referir a sentimentos, fatos, histórias: *vislumbrar, embaçar, traçado, nebuloso, ofuscante, clareado*.

Munida do vício de ouvir o modo como se constrói a fala, apenas assinalei-lhe o que me chamava a atenção. Foi o suficiente para que, em sua pausada e reflexiva fala, dissesse que pensava ter resolvido seu problema na terapia anterior, quando pôde se dar conta de como a deficiência visual funcionava como crivo de suas atuações e maneiras de se inserir nas relações. Agora, segundo ele, dava-se conta de outra coisa: o crivo, insidiosamente, permanecia ali, onde ele jamais pudesse imaginar, uma vez que dizia o mundo com os termos que lhe faltavam para vê-lo.

Ascede, assim, a uma tirania do discurso. É isso o que fala quando diz sobre a surpreendente permanência do crivo. É no discurso, lá onde ele não se ouve, que se flagra, crivando a vida por sua doença.

Não cheguei a lhe dizer tudo isso; apenas, por um modo de escuta, destaquei o emprego de *termos visuais*. Depois, só depois, identifiquei esse aspecto da tirania do discurso num mundo para os que vêem.

Agora, na escrita, posso afirmar que Foucault tem razão em sua teoria sobre formação discursiva. E, se ele não admite o sujeito dramático, afetivo, inconsciente, sede das instituições e rachaduras do discurso

que vai além dele próprio, nós o admitimos. Pedro é singularidade exemplar nessa injunção.

Prosseguindo com o mesmo modo de escuta e intervenção, noto e aponto a Pedro que ele, ao historiar sua vida, usa o verbo no tempo presente apenas quando se refere ao momento de sua mudança para a cidade. E esse assinalamento dispara uma seqüência de fala em que as seguintes reorganizações e ressignificações tornam-se então possíveis:

- a) na vida na chácara, havia uma continuidade entre seu corpo e as circunstâncias espaciais;
- b) essa continuidade não abriu brechas para o anúncio da deficiência; movia-se bem, desempenhava-se de acordo com o que se exigia, movia-se num *sem espaço*;
- c) às raias de uma analogia com o corte que o verbo no presente opera na fala, a mudança para a cidade significou um corte nessa sintonia mágica, de corpo inteiro, sem arestas e irregularidades de terreno;
- d) o urbano entra e atravessa sua vida marcado pela cicatriz que pode nunca ter cicatrizado de fato, presentificando a ferida;
- e) a dor, a diferença e seus arautos é o que perdura, recorre e repete nesse truque do discurso com o verbo no presente;
- f) positivamente, a casa da cidade é menor, tem geladeira, TV e móveis nos quais esbarra, exigindo-lhe *prever* seus movimentos, *estudá-los*; e a escola, que vem junto com esse espaço, encaminha para um nefasto diagnóstico; torna-se, então, difícil não *fazer da parte* (deficiência visual) *o crivo de tudo*, sinônimo de corpo, alma e presença;
- g) este é também o modo como se faz o discurso social a respeito das deficiências: toma a parte pelo todo e sectariza;
- h) Pedro *fala*, então, a *formação discursiva*: sectariza a pessoa e toma a parte pelo todo;
- i) e, se por um lado, sua especialidade não o faz absolutamente original e desenraizado das condições institucionais do discurso que regra, separa e exclui, por outro, seu processo é absolutamente singular; Pedro *é* essa intimidade das alianças entre as significações e as identificações e, assim, é sujeito de afetos e representações que não se cansam de recorrer.

*

Este e não outro atendimento foi destacado, neste momento do texto, por vários motivos. Primeiro, porque sua especialidade permite dizer de uma situação concreta que *leva ao limite* os termos daquilo que se expôs formalmente. Aqui, temos uma exemplar injunção do que é a clínica enquanto instituição, do lugar do discurso que rouba a autoria, reinstaura uma singularidade, configura os lugares de enunciação, instaura a subjetividade. Temos, também, uma exemplar injunção do que é esta subjetividade matriciada nas relações ou, na palavra de Foucault, nas instituições discursivas. Ainda, permite perceber o que é esta análise de discurso enquanto um esquema, uma estratégia de pensamento, que pode transitar do concreto da clínica ao concreto da pesquisa e vice-versa.

Além disso, com ela, acompanha-se como os conceitos fundantes do *discurso* psicanalítico (transferência/contra-transferência, inconsciente, interpretação, linguagem/representação) podem constituir a escuta, *já redimensionados* pela consideração de outros conceitos como o de instituição, formação discursiva e de *sujeito psíquico por que institucional*.

Finalmente, também, pode-se acompanhar nesse processo uma das marcas dessa maneira de pensar a análise: mais do que proferir sentenças interpretativas, *formular perguntas sobre a posição do sujeito na cena discursiva, bem como sobre lugares nela atribuídos e ocupados*.

*

Como identificar estes aspectos no atendimento de Pedro?

Há, nele, uma especificidade que se deve, sobretudo, a dois *cortes* que introduz na clínica que faço e, creio, na prática clínica de um modo geral: a singularidade da doença visual do paciente e a singularidade da recriação dos lugares de analista e cliente, onde um participa do mundo dos que vêem e, o outro, dos que não vêem. Eles se fizeram sentir no que habitualmente chamamos *contra-transferência*, quando, pela primeira vez, senti curioso desconforto de não ser vista. Por disposição teórico/técnica/física, o divã é ocasião de uma posição não visível do analista; mas é radical a diferença entre não ser vista por um viés de procedimentos e não ser vista porque a vista do paciente não me dá foco.

É definitiva, com Pedro, a ruptura dos esquemas de relação já tão eficientemente cimentados e sacramentados de nosso cotidiano na clínica. Esse cotidiano é o que chamamos, antes, de legitimação por reconhecimento e desconhecimento, característica dos processos institucionais, ação da representação das relações, subjetividade e realidade possíveis.

É o que diz Foucault (1980, p.10) em *El Orden del Discurso*: “a instituição tem respostas prontas à espera de dúvidas que, exatamente por isso, nem chegam a surgir.”

Pedro e eu, em mais um acontecimento da instituição analítica, na ordem de seu discurso, nos constituímos pontos de estofa singulares da subjetividade que nela se constitui. E, no meu estranhamento, explode toda a força daquilo que é excluído, recusado, apartado, desconhecido nessa, dessa e por essa ordem.

Por isso, a situação limite é importante: em meio ao embalo que o imaginário produz, o insólito se faz presente e reorienta rumos, permitindo entrever a ação do regramento, inegavelmente mudo; e, ainda que em momentos evanescentes, o estranhamento escancara novas expectativas. É a própria interpretação do processo analítico.

*

Por fim, algumas palavras sobre os procedimentos de análise. A que estava eu atenta na fala de Pedro? Aos *equívocos da palavra*; ao *emprego especial de algumas delas*; ao *seu lugar na ordem da fala*; à *recorrência de termos*; a certas *adjetivações*; à *seqüência das falas*, inclusive como *descontinuidade* ao que eu dizia; à *significação do arranjo discursivo*.

Todos, disparadores do ato analítico. Disparadores que podem constituir a escuta, também, na análise de discurso em entrevistas de pesquisas acadêmicas. Assim, a sessão é ocasião de pesquisa e uma pesquisa pode ser produzida com o método clínico, mesmo nas instituições de educação, saúde, trabalho, entre outras.

GUIRADO, M. Vertices of Research in Clinical Psychology. *Psicologia USP*, São Paulo, v.8, n.1, p.143-155, 1997.

Abstract: The following text has as its objective the discussion of the possibility of research in clinical psychology that takes into consideration concepts such as the concepts of institution, discourse and subject and therefore places the clinical discourse in practice along with the academic approach in the very moment of its production. This, in the interplay of peculiarities of both approaches. The hypothesis states that it is possible to make a certain form of comprehension and analysis transit from the academy to the psychologist's office and vice-versa.

Index terms : Research. Clinical psychology. Psychoanalysis. Discourse analysis. Institutional psychology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.

FOUCAULT, M. *La arqueología del saber*. Madrid, Siglo Veinteuno, 1970.

FOUCAULT, M. (1970). *El ordem del discurso*. Barcelona, Tusquets, 1980.

GUIRADO, M. *Psicanálise e análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo, Summus, 1995.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências na análise do discurso*. Campinas, Pontes, 1989.